



“VIVEMOS ESPERANDO DIAS MELHORES”: percepções e vivências dos usuários no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Pirambu

“WE HAVE BEEN WAITING FOR BEST DAYS”: users' perceptions and experiences in the Social Assistance Reference Center - CRAS Pirambu

Leiriane de Araújo Silva

Faculdade Metropolitana Da Grande Fortaleza (FAMETRO)

RESUMO

O presente trabalho versa sobre as percepções e vivências dos usuários no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Pirambu na cidade de Fortaleza-Ce. Apresenta a partir das narrativas dos usuários o entendimento sobre a política de assistência social, as demandas que os fazem procurar os serviços e benefícios ofertados no CRAS e as necessidades sociais que buscam satisfazer. Obteve-se como resultados que apesar dos avanços normativos da política ainda persiste no imaginário do usuário a ideia da ajuda contrapondo-se ao direito social e que os serviços sociais constituem para essa população uma forma de acesso à satisfação de necessidades sociais.

Palavras-chave: Pobreza. Política Social. Assistência Social. Usuários. Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

ABSTRACT

The present work deals with the perceptions and experiences of the users in the Center of Reference of Social Assistance-CRAS Pirambu in the city of Fortaleza-Ce. It presents from the narratives of the users the understanding about social assistance policy, the demands that make them look for the services and benefits offered in CRAS and the social needs they seek to satisfy. It was obtained as results that despite the normative advances of the policy still persists in the imaginary of the user the idea of the aid opposing to the social right and that the social services constitute for this population a form of access to the satisfaction of social needs.

Keywords: Poverty. Social Policy. Social assistance. Users. Center of Reference of Social Assistance-CRAS.

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura da sociedade brasileira exige reflexão, em especial no contexto de instabilidade e insegurança presente nas propostas de ajuste fiscal, com uma agenda ultraneoliberal, conservadora e de antidireitos, em que na busca de aumentar a rentabilidade do capital o governo Temer¹ apresenta um conjunto de contrarreformas para o Estado brasileiro investindo contra os direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais, atingindo as políticas de

¹ Ver programa de governo expresso no documento uma ponte para o futuro.



seguridade e proteção social. Nesse cenário de destituição e desmonte de políticas sociais tem-se o no campo da Assistência Social uma acirrada disputa entre a retomada do primeiro-damismo e o direito a assistência social.

Esse contexto desafia a militantes, profissionais, acadêmicos, pesquisadores a pensar o que foi construído ao longo de 12 (doze) anos de estruturação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e qual o significado edificado nesse tempo para a população que busca as seguranças afiançadas de acolhida, renda, autonomia, convivência familiar e comunitária nos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados na assistência social.

Pretende-se neste artigo, abordar a percepção dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Pirambu, como se percebem? Como entendem a Política de Assistência Social? Quais suas principais demandas e necessidades? Qual a importância dessa política para esses usuários? São algumas das questões que ao serem levantadas pelo estudo.

Como referência analítica será ressaltada a conflituosa relação entre pobreza, política social e assistência social, as quais são utilizadas como elementos chaves dentro deste artigo visando extrair avanços, permanências, desafios e possibilidades sob o olhar dos sujeitos que utilizam o SUAS. Partindo do pressuposto que a pobreza é mais que a posse de bens materiais, é também a falta do conhecimento de seus direitos, de não saber-se e/ou reconhecer-se como sujeito de direito, vindo de encontro com outro ponto que Borba (2014) nos chama atenção: a subalternidade, que para ela é “como uma identidade de reconhecimento dessa população”.

[...] o mérito, a subserviência, a gratidão, a incapacidade pessoal, aparecem como elementos chaves para materializar a forma como esses sujeitos compreendem suas necessidades sociais e “suportam” as exigências para sua inclusão nos serviços. (BORBA, 2014, p.18)

Em um país de base colonial, escravista e de tradição autoritária (regida pela cumplicidade, pelo mando e obediência) e excludente (a classe dominante faz do Estado seu instrumento econômico privado por excelência) a confusão entre direito, bem-estar ou favor é quase uma mediação universal, tornando assim a pobreza como “estado de natureza” combinando assistencialismo com repressão em um processo de criminalização científica da questão social (IAMAMOTO, 2009). Nesse horizonte [...] “a subalternidade é quase identificada como a relação possível entre usuários e serviços” (YAZBEK, 2014).

A busca de explorar o campo da pobreza, da política social, e em especial da assistência social a partir dos sujeitos que vivenciam uma condição de empobrecimento e utilizam os serviços sociais, envolve dois elementos de razões. A primeira consiste na centralidade da discussão da pobreza no âmbito acadêmico, político e na própria intervenção sobre a realidade (conjunto de programas sociais de combate à pobreza), aliado ao profundo grau de controvérsia



sobre conceito, causa e critérios de pobreza. E a segunda como essa discussão rebate no significado da ação profissional, num contexto de ressignificação das políticas sociais com um projeto de governo que mantém inalterados a repressão aos direitos do trabalho e o padrão de concentração de renda.

Desta forma, pretende-se problematizar e levantar algumas questões que possam decifrar essa realidade atravessada por mudanças no sistema econômico capitalista² e por uma nova relação entre Estado e Sociedade que coloca em debate a concentração de riqueza e expansão da miséria, um dilema histórico acentuado em sociedades desiguais como a brasileira que segundo Ivo “convive de forma persistente, com grande parte de seus cidadãos em patamares de sobrevivência abaixo de mínimos sociais, num país que exhibe níveis de riqueza equivalentes a países desenvolvidos” (2008, p.20).

A pesquisa que subsidiou a elaboração deste artigo foi de natureza qualitativa realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados questionário, roteiro de entrevista semiestruturada coletiva gravada em áudio e autorizada pelas famílias por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao todo, foram entrevistadas cinco famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF no CRAS Pirambu.

2 POBREZA, POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: tendências contemporâneas

O cenário contemporâneo pode ser caracterizado como “barbárie” social³, num contexto em que o capitalismo esgotou suas possibilidades históricas de desenvolvimento na combinação entre crescimento econômico com reformas sociais, com políticas universais para amplas camadas da população, características presentes na era de ouro do capitalismo como diz Hobsbawm (1995), assim algumas questões carecem de análises, estudos e teorização. Vivemos em um tempo em que homens e mulheres não estão somente destituídos dos meios de produção, mais do próprio trabalho; não só dos frutos da riqueza, mais da sua própria produção, acirrando assim, as desigualdades sociais advindas da contraditória relação entre capital e trabalho.

2 Mundialização do capital, crise do processo produtivo, redução do papel do Estado na regulação das atividades econômicas e trabalhistas.

3 O desemprego estrutural e o trabalho precário associam-se à desestruturação das políticas sociais, cuja expansão contínua era característica dos “trinta anos gloriosos” vividos pelo capitalismo durante o século XX. Associada a essas mudanças, o século XXI assiste a uma realidade social dramática, representada pelo extermínio sistemático de populações inteiras e pela destruição sem precedentes do meio ambiente com base em tecnologias científicas de ponta. Para identificar esse cenário é que István Mészáros resgatou a expressão *barbárie* (MÉSZÁROS, 2002)



Nesse quadro histórico-social de crise e restauração capitalista tem-se como consequências visíveis o desemprego estrutural e o conseqüente crescimento das desigualdades sociais com o acirramento da “questão social”, o que não poderia deixar de ser, uma vez que de acordo com Netto “o capitalismo produz compulsoriamente a ‘questão social’, e que está é determinada pela relação capital x trabalho – no binômio exploração e alienação, desmistificando assim que a questão social nada tem a ver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou de traços invariáveis da sociedade humana, tem a ver exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (2000, p.46).

Com essa referência temos a chave heurística para pensarmos o fenômeno da pauperização (crescimento da pobreza na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir) e conseqüentemente da pobreza contemporânea compreendida como resultado da acumulação privada do capital que produz riqueza em um polo e privação e miséria no outro. De acordo com Montano “quanto maior desenvolvimento, maior acumulação de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento (absoluto e relativo), ou seja, maior desigualdade” (2010, p. 81).

Ao longo do processo histórico brasileiro os pobres e a pobreza foram representados pelas classes dominantes e pelos governantes como um “problema” a ser enfrentado seja pela gestão filantrópica da pobreza via reforma social e moral ou como caso de polícia, não é sem sentido que existe uma simbologia escamoteada que vez o outra apresentam os pobres como “perigosos” estabelecendo um forte vínculo entre pobreza, violência e criminalidade, mas também pela via de políticas sociais que ao longo do processo histórico apresentaram-se como casuísticas, fragmentadas, seletivas, de acesso limitado deixando assim o acesso a justiça social e equidade na abstração. Na atualidade vivenciamos a confluência contraditória entre o processo de democratização e os processos de ajustes, de forma que os programas sociais de combate a pobreza assumem centralidade no âmbito do sistema protetivo brasileiro

Nesse entendimento tem-se enquanto sociedade brasileira um legado problemático advindo tanto tradição getulista na ótica corporativa, tutelar, profundamente distinta da tradição igualitária e universalista da modernidade e a persistente confusão entre direito e ajuda/ direito e proteção aos pobres e carentes, formulando-se direitos nos termos da gestão filantrópica da pobreza. E por últimos temos o ensaio iniciado com a Constituição de 1988 dando os primeiros passos em prol do exercício da cidadania, de formas de democracia e da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e político em constante embate com as “políticas de ajuste estrutural” propostas pelo ideário neoliberal.



Acredita-se que os elementos postos acima configuram-se como fio condutor para problematizar algumas questões. A primeira delas é que se existe uma herança estrutural convivendo com novas abordagens conjunturais no que se refere a pobreza e a política social que expressam posturas teóricas e projetos políticos distintos, não é difícil inferir que tais expressões impactam nas políticas sociais, na atualidade – tanto na sua formulação, quanto na sua implementação, principalmente no afastamento do debate em torno dos princípios da seguridade social⁹ inscritos na constituição de 1988¹⁰, com uma concepção de política social que não tratava de combater pobreza, mas de configurar “políticas destinadas a assegurar direitos numa perspectiva universalista”(Werneck Viana, 2008, p.122)

A segunda é exatamente o fato da pobreza aparece descontextualizada dos debates estruturais, não analisada como fenômeno fundado na contradição capital trabalho, deslocando a discussão para seus efeitos e sintomas, individualizando as situações de pobreza ocasionando “uma ruptura entre trabalho e proteção social”, reorientando-se o equacionamento da questão social para eficiência do gasto público, pela qual se opera a transfiguração dos direitos de proteção em ações de assistência e a política redistributiva em gestão técnica do social” (IVO, 2008, p.188). Nessa direção seu enfrentamento se realizará pela participação e solidariedade da sociedade civil, pela ação do chamado terceiro setor.

Corroborando com Siqueira (2013) embora as carências se materializam na vida cotidiana de homens e mulheres de maneira individual ou até de determinado grupo, região ou comunidade, sua determinação estrutural não pode ser menosprezada, ou seja, o modo de produção capitalista constituir numa referência analítica para explicar nossa desigualdade, assim os estudos e análises sobre pobreza deve ser pensada como resultado da acumulação privada no capital. Desta forma, “a política social deve ser entendida como instrumento de intervenção estatal nas refrações da ‘questão social’, visando a ampliação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por algumas conquistas da classe trabalhadora” (SIQUEIRA, 2013, p. 18).

Desta forma, as políticas sociais não devem entendidas apenas como instrumento para suprir necessidades mínimas em caso de deficiências, mais um dever que exige a criação de um sistema de proteção social público, que combata a pobreza compreendendo-a como um produto do funcionamento do sistema, cujo quadro só poderá ser mudado se a sociedade se voltar para a satisfação das necessidades humanas dos indivíduos. Não se trata de entender políticas sociais subordinadas aos ajustes econômicos e as regras de mercado, como historicamente foram concebidas na sociedade brasileira, acarretando um alto grau de seletividade e focalização nos mais pobres dentro os pobres, abrindo mais espaço para ação humanitária e/ou solidária da



sociedade, do que o seu provimento por parte do Estado. Para esta análise tomamos como referência: DRAIBE (1990 e 1998), LAUREL (1995); BEHRING (2003), BEHRING e BOSCHETTI (2007).

É importante deixar explícito que embora se tenha um entendimento de que para romper com as desigualdades faz-se necessário a superação desse modo de acumulação capitalista, entende-se que buscar um modelo de desenvolvimento que respeite as liberdades humanas, já poderia ser significativo início:

Embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas são “políticas” e podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de “contradesmanche” de uma ordem injusta e desigual. Isso porque esse processo é contraditório e expressa disputas cujos rumos e politização é que permitirão que as atuais políticas de enfrentamento da pobreza se coloquem (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistencialistas. (YAZBECK, 2012, p. 317)

A pobreza e os pobres e as questões que lhes são pertinentes compõe uma área privilegiada de ação da política social composta por vários implementadores. Quando pautamos uma discussão de políticas sociais devemos ter em mente o ser quanto o dever ser, não no sentido prescritivo da política social, mas no sentido de entender que nessa área estão presentes valores assumidos pelos sujeitos envolvidos pois são esses que orientam as escolhas, prioridades a serem estabelecidas, formas de intervenção, delimitação da população a ser atendida, serviços e benefícios prestados, forma de financiamento, dentre outras.

É necessário problematizar o nexo entre pobreza e política social - momento em que convergem – se sintetizam os direitos de cidadania vistos como resultado de um processo de luta que teve seu início não na manipulação do capital, mas no processo de constituição da identidade do movimento operário, que como sujeito da produção da riqueza social, reivindicou, da perspectiva do sujeito de direito, o acesso ao usufruto desta, nessa perspectiva o objeto da ação é a luta pelos direitos de cidadania no contexto dos conflitos gerados pela questão social.

3 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS USUÁRIOS DO CRAS PIRAMBU

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, edifica um novo arcabouço legal e institucional para a assistência social, que irá se materializar de maneira mais expressiva com a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e na Norma Operacional



Básica (NOB SUAS/2005 e 2012) em que se estabelece que a política de Assistência Social se organizará a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estruturado por níveis de proteções: proteção social básica e a proteção social especial.

Segundo a LOAS (1993) a proteção social básica consiste no conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para fins dessa pesquisa, nos deteremos a proteção social básica.

Desta forma, a Proteção Social Básica tem como porta de entrada no Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2009) é uma unidade pública estatal de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos.

As interlocutoras da pesquisa foram todas do sexo feminino, o que mostra que na assistência social a maioria das usuárias que procuram os serviços são mulheres reforçando a ideia de que a função protetiva da família encontra-se na figura da mulher, além da associação histórica, com o cuidar, o materno. A faixa etária, entre 24 a 59 anos. A etnia reconhecida pelas usuárias foi parda e branca. Em relação ao grau de instrução, obteve-se uma variação no perfil, em que uma das entrevistadas se apresenta como alfabetizada (que sabe escrever o seu nome), uma não sabe ler e escrever, duas que conseguiram concluir o ensino fundamental completo e uma que concluiu o ensino médio completo.

Todas são inscritas no cadastro único e recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família, de forma variável de acordo com o perfil da família. Em relação à renda familiar, os valores variam entre R\$202,00 a R\$406,00 reais, com uma composição familiar entre três e seis pessoas, tendo uma das entrevistas com doze pessoas residindo na casa. A situação domiciliar, duas possuem moradia própria, duas moram de aluguel no valor de R\$300 reais e uma reside em uma moradia concedida pelo aluguel social. A quantidade de cômodos domiciliar predominantes é de dois a três compartimentos. A iluminação domiciliar utilizada é energia elétrica com medidor. Já a forma de escoamento sanitário é rede coletora de esgoto, fossa séptica e vala a céu aberto. A coleta de lixo é realizada pela Coleta Pública.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, o público usuário da política de Assistência Social é constituído por:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:



famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 27).

Na pesquisa, encontrou-se alguns desses perfis com destaque para famílias com dificuldades de manutenção da sobrevivência, de moradia, acesso a renda, inserção precária e não inserção no mercado de trabalho, acesso às demais políticas públicas, bem como, problemas relativos à inserção de algum componente familiar no mundo das drogas o que gera outras violências, em especial a situação de rua, a exploração sexual e tráfico, fragilizando os vínculos familiares e comunitários.

Destaca-se que a vulnerabilidade não é estanque, e sim uma situação, em que famílias e indivíduos podem superar, permanecer e recair em sua trajetória de vida. Isto pode ser percebido através dos relatos das usuárias, quando as mesmas expõem os motivos que os levaram a buscar a política de assistência social e o atendimento no CRAS?

Porque, o Cras ele solicita o benefício que eu to precisando como eu não tenho casa, ai como o Cras solicita o aluguel social e eu não tenho moradia não tenho pra onde ir eu to tentando, to buscando o aluguel social pra mim poder ficar na minha moradia ate sai minha casinha que eu não tenho pra onde ir tenho duas filha, to buscando isso. (OLGA)

Eu também tenho três filhos, ai eu estou também atrás do aluguel, atrás de cesta básica essas coisas né, projeto para as crianças.” (ANITA)

Tudo que consegui aqui no Cras uma cesta básica, eles me visitaram muito bem, bolsa família que eu não tinha quando eu preciso de qualquer coisa lá em casa ai ela me ajuda. (BARBARA)

Eu vim aqui falar com ela, porque ela levou pra mim a sacola da feira. Porque cheguei aqui, contei o problema do meu filho todinho pra ela, ai ela me arrumou um internamento pra ele, ai ontem ela levou pra mim. Vim no Cras, falei com ela, ela fez a visita e me deu a cesta básica. (MARIA)

Eu tenho cinco filhos e só procurei mesmo pelo bolsa família. (NISIA)

É possível perceber, pelos relatos dos usuários acima, uma centralidade na busca por benefícios e não os serviços ofertados no CRAS, dentre os principais motivos que os levaram a procurar o SUAS e o atendimento no CRAS, foi a satisfação de alguma necessidade seja moradia, alimentação, orientação diante de uma situação familiar, pela inserção no programa de transferência de renda do Governo Federal, Bolsa Família, que segundo Silva (2010):

É o maior programa de transferência de renda do país, com implementação descentralizada em todos os municípios brasileiros. Propõe articular a transferência monetária a ações complementares, mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, com destaque para educação, saúde e trabalho, que devem ser promovidas pelo governo federal, pelos estados e pelos municípios, bem como por grupos da sociedade civil. (Silva, 2014, p.63)

O que identificou-se na pesquisa é que as ações de cadastro único e o PBF possuem um significativo destaque nas falas das interlocutoras da pesquisa, tanto pelo fato de todas serem



beneficiadas, como pela centralidade que o programa possui no campo das políticas sociais focalizadas na extrema pobreza. Este benefício, tem se apresentado com grande importância para seus usuários, ocultando inclusive o principal serviço da política de assistência social que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, o que pode ser analisado nos relatos quando perguntou-se sobre os motivos de procura a unidade de CRAS.

Eu fui atrás do Bolsa Família. Eu não tinha o Bolsa Família. Não tinha nenhuma renda. Mudou tudo, porque eu sei que aquele dia, eu vou ter o dinheiro. Então eu posso comprar em uma bodeguinha lá perto de casa fiado, que eu sei que eu vou ter o dinheiro. (OLGA)

O Bolsa Família, pois ele ajuda muito né. É um dinheiro certo que ajuda na compra do alimento. Agradeço demais esse dinheiro que o governo dá para nós. (MARIA)

No entanto, é possível observar que o conceito de ajuda, de caridade, ainda perdura nas falas dos usuários. Que as famílias, independentemente do tempo que estão inseridos na Política de Assistência Social no CRAS, ainda veem os benefícios ofertados no CRAS, como ajuda. Isto pode ser percebido nos relatos abaixo:

Eu acho que é para ajudar né a família, a necessidade da família. Eu estou de necessidade de alimento, na minha casa, não tenho, eu procuro o CRAS, e solicito uma visita, para ele olhar minha situação. O CRAS, ele ajuda muito. (OLGA)

Para ajudar também. Uma cesta básica, um aluguel, o bolsa família, as crianças. (ANITA)

Quando eu preciso do Cras, ele me ajuda. (BARBARA)

O CRAS é bom porque ele ajuda a gente. E ajuda a gente que está necessitando. Para tudo que a gente precisar. Quando precisa, tem que correr para cá né?! Principalmente, para os filhos da gente. (MARIA)

Predomina nas falas das usuárias um entendimento do CRAS como o lugar da ajuda, do socorro. Embora busquem a política de assistência para suprir alguma necessidade referente à alimentação, moradia ou financeira, compreendem a precariedade com que algumas necessidades são atendidas, ou seja, em longo prazo, por mais que sejam necessidades que precisam de uma resposta imediata, como a cesta básica e o auxílio aluguel.

Para nós fica difícil, porque nós moramos longe. Aí ficamos naquela ansiedade. Hoje vem viu, hoje vem minha filha. Aí vem a noite, vixe, ela não vem mais não. Aí temos que esperar outro dia. É como a assistente social disse, que só tem um carro, para dois dias na semana, para resolver a demanda todinha daqui. E para nós é pouco. Porque a gente está precisando. Faz mais de 15 dias que a gente veio aqui, eu sei que a gente vai receber, mais demora, por causa da demanda. (OLGA)

De acordo com as colocações postas acima podemos considerar que a assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre: concepções, interesses, perspectivas e tradições.

Em contexto de crise estrutural do capital a população demanda maior necessidade de benefícios e serviços sociais públicos, entretanto, estão se defrontando com políticas que não estão respondendo as suas demandas, com desintegração, contenção e limitação significativa



da quantidade e qualidade desses serviços, encontrando apenas precarizados programas sociais focalizados, emergenciais e extremamente seletivos, contrariando o significado sócio-político da seguridade social como mecanismo redistributivo.

Com base nos depoimentos das usuárias do CRAS – Pirambu e no termo “ajuda” utilizado diversas vezes pelas mesmas em seus relatos, é possível confrontar com o conceito de cidadania utilizado por Coutinho (2008) para problematizar o sentido que elas dão a si como indivíduo em meio a sociedade:

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, histórico determinado. (Coutinho, 2008, p.50)

As histórias que encontramos no Cras Pirambu são um recorte da não cidadania das famílias pobres, destituídas não só de acesso à renda mas também de direitos sociais, o fato das usuárias usarem do termo “ajuda” significa que de certa forma a cidadania não está presente no universo delas, está nem chegou a um dia existir pelos relatos, pois ao aceitar as dificuldades com naturalidade, as relega ao ter que esperar ou de nunca ter uma escolha.

Cidadania segundo os termos de Coutinho é o indivíduo se apropriar das riquezas que são criadas em sociedade, e, do conhecimento que é uma espécie de riqueza socialmente criada, ou seja, ser cidadão é a pessoa saber que tem direitos que estão na constituição e que estes não são ajudas ou benesses. Daí a importância de refletir sobre o significado social da ação assistencial na quadra histórica em que vivemos.

Quanto mais os assistentes sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico (o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social). Mas, se fundamental é decifrar as lógicas do capital, sua expansão predatória e sem limites, desafiante é, também, saber construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia a dia da profissão. É nesse tempo que podemos partilhar o novo, construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham esta imensa parcela de humanidade explorada, enganada, iludida, massacrada, gente que fica à espera em longas filas para receber os “benefícios” que os assistentes sociais operacionalizam (YAZBEK 2010, p. 153).

Desta forma, incorporar essa população pobre como sujeito de direito e não de benesse, dando visibilidade aos seus interesses, podem possibilitar novos processos e projetos inclusive de democratização e participação política dos mesmos. Permitindo que na prática esses sujeitos possam participar das discussões sobre as políticas sociais que lhe dizem respeito, construindo uma nova cultura política na política social,

Nesse sentido a concepção sobre pobreza e política social tem uma importância fundamental na operacionalização da política de assistência social. Assim os sujeitos envolvidos na política de assistência social devem não apenas tomar a pobreza enquanto um



“fato”, mas deve considerar o conjunto de elementos presentes na realidade social, e como isso chega à singularidade da vida desses segmentos, o que requer não somente competência técnica, mas também teórico-metodológica e ético-política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada essa exposição podemos concluir a importância de aprofundar as questões apontadas ao longo da discussão, para descortinar a realidade social, para a produção acadêmica e para intervenção sobre a realidade pela via das políticas sociais. E por mais que a pobreza e a política social sejam temas históricos de reflexões no âmbito das ciências sociais, e em especial no Serviço Social, com uma rica bibliografia que perpassa por diferentes concepções, significados, sentidos, perspectivas e correntes de pensamentos, apresenta também um profundo grau de controvérsia seja conceitual, causal e conseqüentemente operacional justificando assim o interesse em problematizar a questão, para que possamos lançar novos olhares para a realidade da pobreza e dos pobres e as formas de enfrentamento pelas políticas sociais na perspectiva do direito (com a clareza dos limites e possibilidades engendradas nessa sociedade capitalista), assim quem sabe, estes possam ocupar novos lugares que apontem para o acesso da riqueza socialmente produzida.

A busca por uma nova sociabilidade passa por condições objetivas que são subjetivadas por homens e mulheres que atuam sobre essa realidade, os usuários que demandam a política de assistência poderiam sobreviver se não fossem sujeitos atuantes que lutam cotidianamente com situações das mais adversas para atender às suas necessidades? Portanto, é necessário combater e não gerir a pobreza e isso só ocorrerá com envolvimento desses sujeitos coletivos.

Desta forma, podemos dizer que as mudanças possíveis nessa sociedade só poderão ocorrer através do desvendamento das questões postas por quem se inquieta com os processos que atualmente colocam a liberdade humana rendida à urgência da necessidade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.



BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de**

Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília; 2005 e 2012.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social dá outras providências**. Brasília DF: Senado Federal.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília DF: Senado Federal.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível. São Paulo: Cortez, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914 –1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. A questão social no capitalismo, **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, Ano 2 n 03, Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador:CRH/UFBA, 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo:Unicamp/Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”, **Temporalis**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n.3. Brasília, ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social**: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: as políticas sociais na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



_____. E; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Colaboradores André Grillo... [et.al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010

_____. Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo, USP:Ed.42,2001.